

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº : 15.194

Processo nº.: 201903659-00
Assunto: Consulta
Município: Oeiras do Pará
Órgão: Câmara Municipal
Exercício: 2019
Interessado: Edson Vieira Farias
Instrução: Núcleo de Atos de Pessoa - NAP
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior


Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 638,
de 16/01/20, pg. 29

Responsável

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ. EXERCÍCIO DE 2019. ADMISSIBILIDADE. SERVIDOR EFETIVO EM EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO EM OUTRO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ OPTAR PELA REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO DESDE QUE EXISTA, NO MUNICÍPIO, PREVISÃO NESTE SENTIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão: o servidor efetivo, em exercício de cargo em comissão, em outro órgão da Administração, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo, desde que exista, no município, previsão legal neste sentido. A remuneração em questão deve limitar-se ao vencimento base e adicionais/gratificações inerentes ao cargo, fixados em lei, bem como vantagens pessoais a que o servidor faça jus, excluídas as parcelas de caráter precário, em função da condição especial de trabalho.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **16 de dezembro de 2019.**


Conselheiro: **Sérgio Leão**
Presidente


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Relator

Presentes: Conselheiros José Carlos, Mara Lúcia, César Colares e Antonio José.

Ministério Público de Contas: Procuradora Maria Inez Gueiros

**RESOLUÇÃO Nº.:**

Processo nº 201903659-00 – Consulta da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, interessado Edson Vieira Farias – Vereador.

RELATÓRIO

Processo: 201903659-00
Assunto: Consulta
Município: Oeiras do Pará
Órgão: Câmara Municipal
Interessado: Edson Vieira Farias - Vereador
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Júnior
Exercício: 2019

A Câmara Municipal de Oeiras do Pará, encaminhou CONSULTA (fls. 01/03), com amparo no artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016, na qual expôs situação fática, em tese, relativa a remuneração de servidor efetivo, em exercício de cargo em comissão, em outro órgão da Administração, consignando, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto a seguinte questão:

- Da legalidade do Presidente do Fundo Municipal de Previdência do Município de Oeiras do Pará – FUNPREV optar pela remuneração de seu cargo efetivo de Professor, ao invés da remuneração do cargo em comissão que exerce.

Conforme consta, os autos foram recebidos no Gabinete do Conselheiro Relator, na data de 28.05.2019 (fl. 05) e considerando a especificidade jurídica da matéria, os autos foram submetidos à apreciação do Núcleo de Atos de Pessoa, conforme permissivo do § 4º, do art. 300, do RITCM-PA (Ato nº19/2017), em 19/08/2019, tendo sido devidamente atendida, nos termos do **Parecer n.º 815/2019-NAP/TCM-PA** (fls. 07/09), o qual antecipadamente destaco, adoto como resposta a vertente consulta, no que, transcrevo:

Trata-se de consulta apresentada pela Câmara Municipal de Oeiras do Pará (fls. 01), com amparo no art. 1º, XVI¹, da Lei Complementar Estadual n.º 109/2016, no intuito de obter posicionamento deste

¹ Art. 1º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de controle externo da gestão de recursos públicos municipais, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma desta Lei Complementar:

XVI - Responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno.

**RESOLUÇÃO Nº.:**

Processo nº 201903659-00 – Consulta da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, interessado Edson Vieira Farias – Vereador.

Tribunal sobre a remuneração de servidor efetivo, em exercício de cargo em comissão, em outro órgão da Administração.

In casu, questiona o consulente sobre a legalidade do Presidente do Fundo Municipal de Previdência do Município de Oeiras do Pará – FUNPREV optar pela remuneração de seu cargo efetivo de Professor, ao invés da remuneração do cargo em comissão que exerce.

Preliminarmente, cabe ressaltar que o art. 298, II, do RITCM, exige que a consulta seja formulada em tese, razão pela qual não nos cumpre adentrar na interpretação da legislação municipal. O §2º do art. 300, porém, possibilita, em exceção à regra, consultas em caso específico, desde que presente relevante interesse público, devidamente fundamentado, conhecida a critério do Conselheiro Relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejulgado do fato ou caso concreto. Em não havendo tais premissas, cumprirá ao relator o arquivamento dos autos por meio de decisão monocrática (art. 300, §3º, RITCM). Entendemos que a exceção é aplicável ao caso, por ser a matéria de relevante interesse público, comum aos órgãos gestores de pessoal na Administração.

No mérito, deve-se dizer, em primeiro lugar, que o regramento sobre o afastamento do servidor efetivo de seu órgão de origem, para exercício de outro cargo, deve estar previsto em lei municipal, que disponha sobre as hipóteses autorizativas e condições, inclusive remuneração. Normalmente, há regulamentação sobre o assunto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

A Constituição Federal admite, em alguns casos, a acumulação de cargos públicos¹, porém, a legislação municipal pode restringir este direito, em caso de exercício de cargo em comissão, especialmente

¹ Art. 37. XVI. Constituição Federal. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observando em qualquer caso o disposto no inciso XI.

a) de dois cargos de professor;

b) **a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;** (grifo nosso)

c) **a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;**

**RESOLUÇÃO N.º:****Processo n.º 201903659-00 – Consulta da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, interessado Edson Vieira Farias – Vereador.**

quando houver necessidade de dedicação exclusiva, em que se presume não haver compatibilidade de horários.

Em não havendo a possibilidade de acumulação dos cargos e/ou optando o servidor pelo exercício exclusivo do cargo em comissão, a legislação deve regulamentar as possibilidades de remuneração do servidor, quais sejam: (i) opção pela remuneração do cargo efetivo; (ii) opção pela remuneração do cargo em comissão; (iii) opção pela remuneração do cargo efetivo, acrescido de percentual da remuneração do cargo em comissão. Frise-se que o servidor pode optar somente dentre aquelas previstas na lei regulamentadora.

Quando houver a opção pela remuneração do cargo efetivo, devem ser consideradas apenas as parcelas inerentes ao cargo, fixadas em lei, sendo desconsideradas aquelas decorrentes de condição especial de trabalho, tais como gratificações de insalubridade, de tempo integral, de exercício de função. A título de exemplo e considerando a situação fática trazida pelo consulente¹, se a legislação municipal fizer previsão de gratificação exclusiva para servidores em atividade de sala de aula, o servidor efetivo que se afastar desta função não deve percebê-la, durante seu afastamento. Ainda, devem ser incluídas as vantagens pessoais incorporadas ao patrimônio do servidor, como o adicional de tempo de serviço.

Se, no entanto, a legislação municipal não prever a possibilidade de opção pelo servidor, deve este receber a remuneração fixada em lei para o cargo em comissão que exerce. Não pode o gestor, unilateralmente, optar por aquela remuneração, sem permissivo legal, tampouco majorar o valor de seus vencimentos.

A situação fática apresentada na consulta, como relatada, só pode ser analisada à luz da legislação municipal sobre vencimentos dos

¹ Relata o consulente que o Presidente do Fundo de Previdência está recebendo, sem respaldo legal, a remuneração do cargo efetivo de Professor, o qual só faria jus se estivesse em regência de classe.

**RESOLUÇÃO Nº.:****Processo nº 201903659-00 – Consulta da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, interessado Edson Vieira Farias – Vereador.**

servidores¹, bem como pela composição da remuneração que lhe atribuída, a fim de verificar a existência de parcelas de caráter precário, em razão do exercício de atividade em sala de aula, se assim dispuser o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações do Município. Entendemos, contudo, que esta matéria não pode ser analisada em sede de consulta.

Conclui-se pela possibilidade, em tese, do servidor efetivo, em exercício de cargo em comissão, em outro órgão da Administração, optar pela remuneração do cargo efetivo, desde que exista, no município, previsão legal neste sentido. A remuneração em questão deve limitar-se ao vencimento base e adicionais/gratificações inerentes ao cargo, fixados em lei, bem como vantagens pessoais a que o servidor faça jus, excluídas as parcelas de caráter precário, em função de condição especial de trabalho.

Diante da elaboração do **Parecer n.º 815/2019-NAP/TCM-PA** (fls. 07/09), os autos retornaram ao Gabinete deste Relator, ocasião em que foi realizada a admissibilidade da vertente consulta, uma vez que verificou-se o atendimento dos requisitos formais, contantes nos incisos I a IV, do art. 298 c/c inciso IV, do art. 299, ambos do RITCM-PA,

Neste sentido, considerando o atendimento das formalidades regimentais para processamento dos presentes autos, sob a forma de consulta, conforme imperativo regimental e, ainda, com base na manifestação exarada no **Parecer n.º 815/2019-NAP/TCM-PA**, submeto a matéria à consideração deste Colendo Plenário.

É o Relatório.

¹ O Estatuto dos Servidores Públicos de Oeiras do Pará regulamenta a matéria no art. 89.

RESOLUÇÃO Nº.:**Processo nº 201903659-00 – Consulta da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, interessado Edson Vieira Farias – Vereador.****VOTO**

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente *Consulta*, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016¹**, tendo sido formulada por autoridade competente (art. 299, inciso II, do RITCM-PA), para além de suscitada, acerca de tema de grande relevância às atividades de controle externo, realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando possui dentre suas diretrizes, a função pedagógica junto aos jurisdicionados na constitucional aplicação dos recursos públicos. Sendo assim, passo a análise de mérito da presente consulta, tal como interposta.

NO MÉRITO, conforme já delineado em relatório, acompanhamento e subscrevo, em sua integralidade, a manifestação trazida aos autos, pelo NAP/TCM-PA (fls. 07/09), entendendo, que o servidor efetivo, em exercício de cargo em comissão, em outro órgão da Administração, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo, desde que exista, no município, previsão legal neste sentido. A remuneração em questão deve limitar-se ao vencimento base e adicionais/gratificações inerentes ao cargo, fixados em lei, bem como vantagens pessoais a que o servidor faça jus, excluídas as parcelas de caráter precário, em função de condição especial de trabalho.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.



Conselheiro **Luis Daniel Lavareda Reis Júnior**

Relator

¹ XVI - responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;